



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

GABRIELA AYALA RODRIGUES BISPO

A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS

Dourados – MS

2018

GABRIELA AYALA RODRIGUES BISPO

A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.º Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto.

Dourados - MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B622n Bispo, Gabriela Ayala Rodrigues
A Nova Lei de Migração: Avanços e Desafios. / Gabriela Ayala
Rodrigues Bispo -- Dourados: UFGD, 2018.
55f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito
e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Imigração. 2. Lei de Migração. 3. Políticas Públicas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 06 de julho de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o/a aluno/a **Gabriela Ayala Rodrigues Bispo** tendo como título "A Nova Lei de Migração: avanços e desafios".

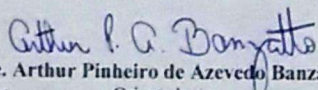
Constituíram a Banca Examinadora os professores Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto (orientador/a), Dr. Alfa Oumar Diallo (examinador/a) e Ma. Paola Cristina Nicolau (examinador/a).

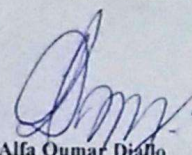
Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

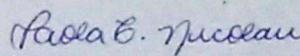
Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: incorporar as recomendações feitas pela banca

Assinaturas:


Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto
Orientador/a


Dr. Alfa Oumar Diallo
Examinador/a


Ma. Paola Cristina Nicolau
Examinador/a

À minha família, pelo amor eterno.

À memória de Dónisio, minha
saúde constante.

Primeiramente agradeço a Deus, por tudo que sou e tenho, e principalmente pelo meu bem mais valioso que é a minha família, sou muito grata por esse sonho de cursar Relações Internacionais se tornar realidade e por ter me dado toda força e paciência que tanto necessitei nesse e em todos os ciclos que já passei.

Aos meus pais, Cicero e Sheila, os maiores exemplos que tenho na minha vida. Sou muito grata pelo amor que sempre me deram, por sempre me ensinarem o que é certo e por nunca desistirem de mim. Apesar de toda dificuldade que passamos, eles sempre se mantiveram unidos e sobrepujaram tudo de cabeça erguida, vocês são meu maior orgulho. Obrigada por batalharem tanto pra eu conseguir me manter esses anos em Dourados e por me apoiarem mesmo não entendendo muito bem do que se tratava o curso. Eu amo vocês incondicionalmente. Agradeço aos meus irmãos, Silvio e Giovanna, que sempre me apoiaram, a minha cunhada Flávia e principalmente ao meu sobrinho Enzo Gabriel, por ser o maior presente que essa família ganhou. Obrigada por tudo, vocês são meus alicerces.

À meus avós paternos, José (in memoriam) e Antonia por sempre torcerem pelo meu bem e por serem grandes exemplos, obrigada por se preocuparem por mim e pela grande criação que deram a meu pai. Também ao meu tio-avô Lupércio (in memoriam), e meus avós maternos Díonísio (in memoriam) e Maria, por todo amor ofertado e por todo ensinamento, não há palavras pra descrever o quanto vocês são importantes pra mim, obrigada por serem quem são e por me ajudarem em tudo que precisei. Saber que tinha todos vocês do outro lado, sempre me deu muita força para continuar, amo todos vocês.

À meus amigos amados, Amanda, Leonardo, Julian, Rob, Bruno, Barbara, Adrielli, Guilherme, Tais, Jeandre, Tete e Janaína, por estarem comigo em todos os momentos, aguentar todo meu drama e me encorajar incessantemente a terminar todas as etapas do curso. Obrigada pela paciência. Assim como todos meus outros amigos que indiretamente me ajudaram nessa formação.

À Dourados por me conceder conhecer pessoas maravilhosas, ao Edifício Jandaia, ao apartamento 201 e ao famigerado “suruagy”, sempre farão parte da minha vida. Em especial, quero agradecer imensamente a melhor roommate que já tive, minha querida Ligia Borges, por todo choro, riso, perrengue, desabafo, trabalho e provas conjuntas e todos os planos que tivemos, só nós duas sabemos o que passamos nesses anos de faculdade, a amizade que tudo isso gerou compensa tudo. E a minha paraguaia favorita Jessi Sgub, pela reciprocidade, pelo carinho,

ansiedade que estamos superando juntas e por estar ao meu lado em todos os momentos. Vocês foram o maior e melhor presente que a UFGD pode me proporcionar. Obrigada por serem meu refúgio eterno. Amo vocês.

Ao meu querido orientador, Arthur Banzatto, que mesmo de longe e eu bastante perdida e enrolada, aceitou me orientar. Obrigada por ser tão solícito e me guiar na elaboração desse trabalho, suas correções, dicas e conselhos foram de grande valia. E se eu consegui finalizar tudo isso, é por que você se fez presente. Muito obrigada, de coração.

Por fim, quero agradecer a Universidade, pela estrutura, pela IV turma de Relações Internacionais e por todos os professores que me concederam a grande dádiva que é o conhecimento, tenho muito orgulho de tê-los como mestres, levarei vossos ensinamentos e experiência por toda vida. Vocês me ajudaram a crescer muito como pessoa. Meus eternos agradecimentos.

RESUMO

BISPO, Gabriela Ayala Rodrigues. A Nova Lei de Migração: Avanços e Desafios. Dourados / MS, 85 páginas. 2018.

O fenômeno da migração entre países ou continentes pode acontecer por inúmeros motivos, em decorrência de batalhas e conflitos internos, por violência motivadas pela religião, raça, política, pela procura de oportunidades mais favoráveis para viver, por calamidades públicas, pode estar associada a demanda por uma educação mais qualificada, dentre vários outros motivos. Assim como, as migrações podem acontecer por coação ou por livre arbítrio. Com o aumento do fluxo migratório há a necessidade que o Estado crie ou modernize as leis que garantam os direitos dessas pessoas bem como sua igualdade com os nacionais. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma abordagem sobre os aspectos políticos, legais, sociais e culturais que o Brasil dispensa aos imigrantes bem como analisar e comparar a evolução das leis para imigração do Pós 2ª Guerra Mundial até a atualidade. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, pesquisa em sites relacionados ao tema e análise de documentos legais pertinentes ao assunto. A pesquisa será estruturada em três capítulos onde serão feitas as análises de diferentes textos e autores sobre as intrincadas relações do tema abordado. Por fim, das análises e reflexões feitas no presente trabalho, vamos apontar algumas conclusões sobre as migrações e seu aspecto legal no Brasil.

Palavras-chave: Imigrantes. Lei de Migração. Política Públicas.

ABSTRACT

BISPO, Gabriela Ayala Rodrigues. The New Migration Law: Advances and Challenges. Dourados / MS, 85 pages. 2018.

The phenomenon of migration between countries or continents can happen for many reasons, due to internal battles and conflicts, violence motivated by religion, race, politics, the search for more favorable opportunities to live, by public calamities, may be associated with demand for a more qualified education, among several other reasons. As well, migrations can happen by coercion or by free will. With the increase of the migratory flow there is the necessity that the State creates or modernizes the laws that guarantee the direct of these people as well as their equality with the natives. In this way, this work aims to make an approach on the political, legal, social and cultural aspects that Brazil dispenses to the immigrants as well as to analyze and compare the evolution of the laws for immigration from Post World War II to the present time. The methodology used will be the bibliographic review, research on sites related to the topic and analysis of legal documents pertinent to the subject. The research will be structured in three chapters where the analyzes of different texts and authors will be done on the intricate relationships of the topic addressed. Finally, from the analyzes and reflections made in the present work, we will point out some conclusions about the migrations and its legal aspect in Brazil.

Keywords: Immigrants. Law of Migration. Public Policies.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados |
| Art. | Artigo |
| C.D.H.I.C. | Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante |
| C.F. | Constituição Federal |
| C.M.D.H. | Centro de Migrações e Direitos Humanos |
| CNIg | Conselho Nacional de Imigrante |
| CONARE | Comitê Nacional para Refugiados |
| D.U.D.H. | Declaração Universal dos Direitos Humanos |
| I.T.T.C. | Instituto Terra, Trabalho e Cidadania |
| O.I.M. | Organização Internacional para Migrações |
| O.I.T. | Organização Internacional do Trabalho |
| O.N.G. | Organização Não Governamental |
| O.N.U. | Organização das Nações Unidas |
| P. L. | Projeto de Lei |
| P.I.B. | Produto Interno Bruto |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional |

LISTA DE SÍMBOLOS

§ Parágrafo

SUMÁRIO

| | |
|---|---------------------------------------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 – O FENÔMENO MIGRAÇÕES | 155 |
| 1.1 – Efeitos da Migração..... | Erro! Indicador não definido. |
| 1.2 – Proteção ao Migrante | Erro! Indicador não definido.2 |
| 2 – CRÍTICA AO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO E À POLÍTICA BRASILEIRA PARA IMIGRANTES | Erro! Indicador não definido.7 |
| 2.1 – Contexto Histórico | Erro! Indicador não definido.7 |
| 2.2 – Características do Estatuto do Estrangeiro | 29 |
| 2.3 – O Regime de Estrangeiro na Constituição de 1988 | 30 |
| 2.4 – O Estrangeiro nos Tratados de Direitos Humanos | Erro! Indicador não definido. |
| 3 – A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO | Erro! Indicador não definido.6 |
| 3.1 – Os Avanços da Nova Lei de Migração | 38 |
| 3.2 – As limitações da Nova Lei de Migração | Erro! Indicador não definido.0 |
| CONCLUSÃO | 43 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 45 |
| ANEXO | 54 |

INTRODUÇÃO

A movimentação das populações ou os deslocamentos populacionais fazem parte da história da humanidade, e foram responsáveis pela colonização e formação de diferentes povos e dos seus elementos culturais, mas foi a partir do século XVI até pelo menos as primeiras décadas do século XX que ocorreram os principais movimentos migratórios em escala transcontinental que ocorriam da Europa para outras regiões do globo sobretudo para a América, mas também para a África e a Ásia.

O progresso da migração é considerado e pesquisado de maneiras diferentes por seus estudiosos, no qual estes são motivados pelas diversas matrizes que os norteiam. Sendo assim, ao pesquisar sobre migração, iremos encontrar esse processo avaliado por meio de diversas abordagens.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (O.I.M.), migração é a transição de indivíduos para o território de um Estado, ou dentro do mesmo, que abrange todo esse movimento, independente do seu tamanho, suas causas ou composições, e considera também as pessoas deslocadas, migrantes econômicos, pessoas desarraigadas, e refugiados.

Os principais fatores que propulsionam a dinâmica migratória são a desigualdade socioeconômica entre os países, o desemprego, a falta de perspectiva e de proteção social, questões religiosas, étnicas e naturais.

Por outro lado, os conflitos e as guerras no início do século XXI, como no Iraque, no Afeganistão, na Síria, na Líbia e em diversos países africanos, entre outros, intensificaram os deslocamentos de refugiados.

Assim, durante o desenvolvimento do tema vamos observar que as migrações geram efeitos incalculáveis para os países, tanto para os de saída como para os de chegada, e entre esses problemas configuram-se o demográfico, o econômico, social e cultural.

No Brasil, a introdução desses indivíduos trouxeram resultados pouco significativos em termos numéricos, mas politicamente, foi responsável por abrir um novo momento para a política de imigração no país, intensamente explícita não apenas pela nova geopolítica da evolução do capitalismo, mas principalmente pelo desempenho de organismos multilaterais que passaram a se importar com o controle dos assuntos relacionados a migração.

O Brasil começou a desenvolver as bases políticas para a lei de migração que na realidade nem sempre teve o foco nos direitos humanos, mas sim sempre voltada para a segurança nacional.

Especificamente na época da ditadura militar, a legislação vigente no país atribuía amplo poder discricionário para o Poder Executivo relativo a entrada e permanência de imigrantes no país.

O estrangeiro não era visto apenas como indivíduo contrário aos interesses nacionais, mas também como grupo ou Estado que tinha ideologias diferentes daquelas utilizadas e praticadas no Brasil, e que poderiam disseminar em nosso país propagandas subversivas.

Após 21 anos de regime militar vividos pelo Brasil, em 1985 esse regime chegou ao fim, porém nos deixou essa lei que tinha como foco a segurança nacional e vigorou no país por muitos anos ainda.

Em 1980 foi promulgada a Constituição Federal (C.F.) de 1988, no qual iniciou-se um processo de democratização. Esse processo de democratização foi extremamente importante para o país, pois foi nele que os direitos e garantias fundamentais antes anulados, foram colocados em lei e firmados através da nossa principal lei vigente no país até os dias de hoje.

A C.F. trouxe em seus incisos diversos direitos fundamentais de maneira a assegurar não somente os direitos dos brasileiros, mas também dos estrangeiros, porém, a Constituição esbarra com o Estatuto do Estrangeiro, uma vez que o Estatuto ainda encontra-se em vigor e entende o estrangeiro como um ser ofensivo e que deve ser acompanhado constantemente pelas autoridades, pois o Estatuto do Estrangeiro tem como foco a segurança nacional, já a migração atualmente precisa ser tratada como um direito do humano.

As dinâmicas migratórias atuais mudam constantemente, e devido a essas mudanças os países precisam se atualizar e discutir suas legislações de acordo com o fluxo migratório e os direitos de cada migrante, já que existem países que cada vez securitizam e fecham suas fronteiras ainda mais.

Portanto, houve a necessidade de alterar a lei de migração no Brasil, e em 2017 foi aprovada uma nova lei, o texto da nova lei ainda não é considerado o ideal, mas as mudanças já são importantes e significantes, dentre todas as mudanças que aconteceu com a nova lei, está a garantia de igualdade entre imigrantes e nacionais.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma abordagem sobre os aspectos políticos, legais, sociais e culturais que o Brasil dispensa aos imigrantes bem como analisar e comparar a evolução das leis para imigração do pós 2ª Guerra Mundial até a atualidade.

A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, pesquisa em sites relacionados ao tema e análise de documentos legais pertinentes ao assunto. A pesquisa será estruturada em três capítulos onde serão feitas as análises de diferentes textos e autores sobre as intrincadas relações do tema abordado.

O objetivo deste trabalho então é analisar os avanços e os desafios sofridos com a Nova Lei de Migração, com base nos vetos e regulamentação da mesma, assim como no processo histórico até a formulação da lei.

Destarte, o primeiro capítulo irá promover algumas reflexões sobre o fenômeno das migrações e o foco será entender por que as pessoas migram, os efeitos das migrações para os países que recebem imigrantes e como o Estado e a sociedade civil reagem a esses efeitos.

No segundo capítulo faremos uma análise crítica sobre o Estatuto do Estrangeiro, de acordo com suas características, e à Política Brasileira para imigrantes, visto constituição de 1988 e os tratados de Direitos Humanos.

E para finalizar, o terceiro capítulo trará a Nova Lei de Migração mostrando seus avanços e limitações. E das análises e reflexões feitas no presente trabalho, vamos apontar algumas conclusões sobre as migrações e seu o aspecto legal no Brasil.



A pedido da autora os Capítulo 1 e 2 foram retirados do pdf.

3. A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

Várias mudanças ocorreram no Brasil desde a criação do Estatuto do Estrangeiro. Mesmo assim, essa lei anacrônica e discriminatória vinha se arrastando desde então. Era explícita a necessidade de uma nova lei que acabasse ou ao menos diminuísse todos esses problemas, e principalmente que a lei passasse a vigorar em sintonia com todos os tratados internacionais ratificados pelo país e se tornasse compatível com a Constituição Federal de 1988.

Somente em maio de 2017, foi aprovada essa nova norma que muda a perspectiva de que o migrante é uma ameaça à segurança nacional e passa a tratar o tema pela prisma dos Direitos Humanos.

De acordo com Granja (2017): “No balanço, a lei contém inúmeros avanços, revoga duas legislações extremamente arcaicas que causavam profunda insegurança jurídica, o Estatuto do Estrangeiro e a lei 818, de 1949”. Ou seja, era necessária essa evolução na legislação migratória.

Esse Projeto de Lei foi proposto em 2013 por Aloysio Nunes (ex-senador e atual Ministro das Relações Exteriores) e teve origem com o PLS 288, aprovado pelo Senado. O projeto então, foi reescrito e aprovado pela Câmara dos Deputados em 7 de dezembro de 2016 e, por causa dessas modificações, o projeto (SCD 07/2016) voltou ao Senado e somente foi aceito pela maioria em abril de 2017.

Apesar de terem se passado anos de trâmites, em 25 de maio de 2017, o Presidente da República Michel Temer sancionou com uma série de vetos a nova Lei de Migração (Lei 13.445). A mesma se encarrega da entrada, permanência, direitos e deveres dos migrantes e visitantes no Brasil, assim como também determina alguns preceitos para a proteção do brasileiro no exterior.

A nova Lei de Migração aprovada no país, já vinha sendo alvo de discussões em diversos momentos da política nacional, principalmente nesse momento de crise humanitária. Deste modo, a comissão especial da Câmara ouviu migrantes e entidades durante meses para fortalecer alguns aspectos do texto lei (SILVA 2017).

Antes da lei ser aprovada pelos Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente, várias organizações e entidades da sociedade civil, como a Conectas Direitos Humanos, Cáritas, Missão Paz, Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH), Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), dentre outras, se juntaram e publicaram uma nota pública para apoiar o projeto de lei. Essa nota foi de suma

importância, pois são entidades que convivem diretamente com o assunto abordado e sabem quais são as necessidades e dificuldades de cada migrante.

A ideia dessa nota é mostrar que essa nova Lei de Migração além atualizar todo o sistema de recepção e registro existente de migrantes, também faz valer ao respeitar os direitos humanos de cada indivíduo e prezar por um lugar mais democrático e livre.

Posteriormente, outras organizações se juntaram e contribuíram ainda mais com a discussão. Todas essas organizações tiveram papel fundamental na formulação da nova lei, pois trabalharam de maneira conjunta, monitorando e visando apenas a melhoria da legislação em nosso país, e todo esse trabalho resultou em propostas concretas e importantes para a construção do texto normativo que foi aprovado.

Essa parceria que aconteceu entre as Organizações Não Governamentais fortaleceu o tema a ser discutido, já que conseguiram ampliar o debate, levando-o para diversos âmbitos no qual a discussão pudesse acontecer e conseqüentemente ganhar cada vez mais destaque.

A aprovação da lei conteve com um esforço extraordinário de inúmeras pessoas e grupos que já estavam presentes no processo desde o início, e principalmente da sociedade civil como um todo, pois a pressão exercida por ela foi fator determinante para a aprovação da lei, pressão essa que tinha como finalidade a aprovação de um texto com avanços diretamente ligados a garantia de direitos humanos do indivíduo.

Essa garantia de direitos humanos, é uma mudança do paradigma do Estatuto do Estrangeiro, já que agora o migrante não será visto como uma ameaça e sim, como uma pessoa de direito (SESTOKAS, 2017).

3.1 OS AVANÇOS DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

O texto da nova lei ainda não é considerado o ideal, mas as mudanças já são importantes e significativas. As mudanças são diversas e já podem ser percebidas logo no título da lei, pois desenraiza os estigmas causados pelo Estatuto do Estrangeiro. Até a presente mudança predominava-se a terminologia estrangeiro, conotando então a algo hostil.

Esse novo marco legal necessita ser apresentado como uma “Lei do Migrante” ou “Estatuto do Migrante”, abolindo-se a palavra “estrangeiro”, que remete ao estranhamento e que exclui o reconhecimento da condição humana de ser migrante, ou de estar em mobilidade por qualquer razão e atuar em um espaço público de que não é nacional. (REDIN, 2016, p.18)

A nova lei aprovada traz em seu texto uma alteração pertinente, já que deixa de ver o imigrante como estrangeiro e passa a tratá-lo como um indivíduo de direitos, no qual vem ao encontro com o que é determinado pela C.F. de 1988.

Dentre todas as mudanças que aconteceram com a nova lei, está a garantia de igualdade entre imigrantes e nacionais, na qual é assegurada a inviolabilidade do direito à vida, à propriedade, à liberdade, à igualdade, o direito a ter os mesmo acessos que os nacionais em relação aos serviços públicos como saúde e educação, assim como ter acesso a toda documentação necessária para estar apto a trabalhar em nosso país, acesso esse que com o Estatuto do Estrangeiro era mais restrito, e agora também tem assegurado seu direito a previdência social. Nesse sentido, a igualdade de direito estabelecida pela nova lei de migração, permite melhor condição de vida para os migrantes, principalmente nas questões trabalhistas (PITOL, 2017).

A explicação da norma se dá logo no primeiro artigo, o qual diz que a lei “dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante”. E adiante nos capítulos desse mesmo artigo, abrange uma melhor definição de cada terminologia,

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - (VETADO);

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro. (BRASIL, 2017)

A Seção II – Dos Princípios e das Garantias, manifesta tal regência. O *caput* do art. 3º “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos” (BRASIL, 2017) já demonstra a mensagem de promoção dos Direitos Humanos dentro das questões migratórias.

Outro fato respeitável é o:

repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação (II); a não criminalização da migração (III); o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (XI); a promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante (XII); proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante (XVII); proteção ao brasileiro no exterior (XIX); entre outros (BRASIL, 2017).

Além disso, a nova lei assegura o direito irrestrito a reunião para os estrangeiros, direito esse que não era assegurado pelo Estatuto do Estrangeiro, mas para isso essa reunião precisa ser de maneira pacífica (art. 4º, VI). O Estatuto também proibia o estrangeiro de exercer atividades de natureza política, já a nova lei traz em seu texto essa possibilidade, uma vez que agora o estrangeiro pode associar-se a sindicatos e reuniões políticas (art. 4º, VII).

Outro aspecto muito relevante alterado com a nova lei, é que nenhum imigrante poderá ser preso apenas por estar de maneira irregular no país, pois a nova lei explana que os imigrantes tem direito a assistência jurídica e ao devido processo legal (art. 3º, XI), princípios esses que não eram previstos no Estatuto do Estrangeiro e a C.F. de 1988 ao tratar de igualdade entre brasileiros e estrangeiros já previa em seu texto.

A nova lei, mesmo trazendo diversos direitos relacionados a política para estrangeiros, não permite que o estrangeiro vote no Brasil, porém para essa alteração acontecer precisa mudar não só a lei como a própria Constituição, pois nela o voto é assegurado apenas aos brasileiros natos, naturalizados.

O texto da nova lei tem como principal característica a diminuição da burocracia para os estrangeiros, pois o Estatuto do Estrangeiro dificultava esse acesso, visando a segurança nacional. Porém, com essa desburocratização, a

permanência de estrangeiros no país se tornou mais fácil, e conseqüentemente a tendência é que diminua o número de imigrantes irregulares no país.

Outro fator importante que a nova lei traz, além da facilidade em relação a documentação necessária, é que ela instiga que o imigrante entre de maneira regular no país ao facilitar o acesso à documentação, pois o Estatuto do Estrangeiro ao dificultar esse acesso “obrigava” o imigrante a entrar de maneira irregular no país, e assim permanecer.

Nesse sentido, destaca-se que uma lei de migração que restringe o acesso e os direitos dos imigrantes não impede os indivíduos de migrar para o Brasil, pelo contrário, ela apenas determina quantas pessoas permanecerão no país de forma irregular, fato identificado durante o período em que o Estatuto do Estrangeiro esteve em vigor, pois, mesmo com toda a dificuldade imposta, de 2013 a 2016 o país recebeu mais de 400 mil estrangeiros, de acordo com os dados da Polícia Federal.

A nova lei foi um passo importante para o cenário de políticas públicas internacionais, porém o país ainda enfrentará muitos problemas relacionados a essa norma, já que em diversos pontos ela não é uma lei de eficácia plena, ou seja, em diversos pontos a lei prevê direitos e garantias, mas para que elas realmente funcionem na prática é necessário que a regulamentação esteja de acordo com o texto.

3.2 AS LIMITAÇÕES DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

Já é possível identificar que as limitações começaram antes mesmo da lei entrar em vigor, pois quando ela foi sancionada, o presidente Michel Temer também vetou 18 pontos de suma importância para sua aplicação.

Um dos artigos mais esperados dentro da nova lei era o Artigo 118, no qual previa anistia aos imigrantes em situação irregular que entraram no Brasil até julho de 2016, tendo assim autorização para residir independente de sua condição anterior. O motivo do veto é que esse dispositivo é amplo e diminuiria o poder do Estado de regular a imigração, expressando, portanto, uma percepção contraditória a própria lei.

Leonardo Cavalcanti (2017), diz que a nova lei “inaugura um princípio novo, ela não deveria permitir que ninguém no Brasil estivesse em situação irregular [...] Como acontece em muitos países. Quando tem uma nova lei, essa nova lei vai

contar novos princípios, vai ter novos artigos da lei e com isso se tenta regularizar todo o passivo de migração do país.”

Outro artigo importante que foi vetado foi a de livre circulação de povos indígenas e populações tradicionais pelas zonas de fronteiras em terras de ocupação originária. O motivo do veto é que o item afronta a soberania nacional e o direito de monitorar e proteger as fronteiras.

Da mesma forma, foi vetado ao imigrante exercer cargo, emprego e função pública, pois conforme a razão dada na mensagem nº 163/2017, isso seria uma “afronta à Constituição e ao interesse nacional”.

A Casa Civil vetou a definição do conceito migrante, já que foi considerado amplo demais. Vetou também o dispositivo que dispensa o brasileiro por opção ou naturalizado do serviço militar, no qual já tenham desempenhado suas obrigações militares no país de origem.

Outro veto foi da concessão de visto ou extensão da autorização de residência para fins de reuniões familiar, “ampliado para outras hipóteses de parentesco, dependência afetiva e fatores de sociabilidade”. De acordo com o texto de vetos “os dispositivos poderiam possibilitar a entrada de crianças sem visto, acompanhada de representantes por fatores de sociabilidade ou responsável legal residente e, com isso, facilitar ou permitir situações propícias ao sequestro internacional de menores.”

Do mesmo modo, foi vetado o dispositivo que previa revogação das expulsões de migrantes deliberadas antes de 5 de outubro de 1998. E também a parte que precedia que os imigrantes que residissem no Brasil por mais de quatro anos e que praticassem crimes não poderiam ser depostos. Assim houve também alguns outros artigos vetados, no qual em uma totalidade irá restringir os direitos dos migrantes colocando então, obstáculos ao direitos humanos.

Outra limitação consoante ao Decreto 9.199/2017 foi a manutenção da Polícia Federal como autoridade migratória. Um dos pedidos pelas organizações durante a formação da Lei 13.455/2017 era a criação de um novo órgão federal, no qual comutasse o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e repensasse as atribuições da Polícia Federal, com o argumento de que “Migração não é caso de polícia”, pois ultrapassam as funções constitucionais da mesma. Sendo assim, esse órgão seria gestor de políticas migratórias e contaria com funcionários qualificados, que

compreendessem a real situação e pudessem legislar de forma não discriminatória e de acordo com os devidos direitos dos migrantes.

Contudo, quando sancionada a lei, esse pedido não foi levado em consideração e continuou deixando essas questões e fiscalizações a entendimento da Polícia Federal. Coube a eles autoridade total para decidir a viabilidade de admissão de qualquer estrangeiro no território nacional, ficando somente vedado, de acordo com o parágrafo único do art. 45 da nova Lei, “o impedimento do ingresso no País por motivo de etnia, religião, nacionalidade, pertinência a grupo social ou opinião política” (BRASIL,2017). Porém esquecem que a Polícia Federal apenas aplicam as normativas, não formulam as regras.

Segundo o artigo 58 do Decreto 9.199/2017 compete a Polícia Federal “I- organizar, manter e gerir os processos de identificação civil do imigrante; II - produzir a Carteira de Registro Nacional Migratório; e III - administrar a base de dados relativa ao Registro Nacional Migratório”. Atua-se então, conforme compreensão da própria organização. Estando sujeito a possíveis abusos de poder.

A principal limitação adveio na publicação da regulamentação da nova lei. Esse dispositivo jurídico, proclamada pelo chefe do Executivo, tem a finalidade de detalhar e elucidar como determinada lei deve ser executada. Assim sendo imprescindível para a eficácia plena das políticas efetivadas pela lei.

Destarte, após submetida uma passageira consulta pública, em 21 de novembro de 2017, o presidente em exercício Michel Temer editou o decreto 9144/17, que regulamenta a Lei 13.445/2017, entrando em vigor no mesmo dia. O texto do regulamento foi duramente criticado, já que em diversos aspectos é discricionário e diverge da nova lei de migração, haja visto o espaço reduzido e falta de diálogo da parte do Executivo com a sociedade civil, parlamentares, especialistas e organizações sociais durante sua elaboração. Ou seja, mesmo os vetos tendo diminuído os avanços da Lei de Migração, o decreto acabou malogrando ainda mais.

De acordo com Deisy Ventura, “a regulamentação é um grande retrocesso. É contra a lei e fora da lei, regulamenta o que não estava previsto e inventa novas normas destrutivas dos direitos”.

Logo após o processo de formação da nova lei, o decreto reduz os benefícios conquistados até então e desvirtua o principal enfoque no tema de Direitos Humanos. A disparidade é refletida quando a Lei de Migração abrange apenas 125 artigos, diferentemente do decreto com 319 artigos e traz 70 portarias. Mais ou

menos 30 artigos da Lei de Migração para valerem dependem de decretos complementares. Temos uma inconveniência, já que esse ato normativo contraria uma lei (ASANO, 2017).

Um paradoxo foi o adiamento da concessão de vistos humanitários, esperava-se que o decreto regulamentasse esse tipo de visto, porém foi postergada essa resolução. O visto temporário para acolhida humanitária conforme consta no art. 36, pode ser disposto ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação crítica “ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário”, os parágrafos 1º e 2º abrange que o “Ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho definirá as condições, os prazos e os requisitos para a emissão do visto”, assim como “poderá estabelecer instruções específicas para a realização de viagem ao exterior do portador do visto”. Prologando e burocratizando ainda mais esse processo.

Mais uma incoerência inclui-se no art. 38 que fala sobre o visto temporário para o trabalhador imigrante. Consta no § 1º que o

Visto temporário para trabalho com vínculo empregatício será concedido por meio da comprovação de oferta de trabalho no País, observado o seguinte: I - a oferta de trabalho é caracterizada por meio de contrato individual de trabalho ou de contrato de prestação de serviços. (BRASIL, 2018)

Obriga o imigrante a uma relação trabalhista antes de legitimar sua situação e reconhecimento diante do Estado brasileiro. Nesse caso pleiteia mais que a própria lei para obtenção do visto, pois as empresas poderão se abster da contratação conforme dubiedade jurídica.

Outro problema sobre o visto de trabalho é modo não esclarecedor utilizado no art. 38, nas frases “mão de obra em áreas estratégicas” e “capacidades profissionais estratégicas”. Não sendo objetiva tal definição, incumbindo ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores e do Trabalho, consultado o Conselho Nacional de Imigração definir os critérios para lógica seletiva.

Sem contar a conotação pejorativa quando o decreto usa o termo “migrante clandestino” (art. 172) ao se referir a uma pessoa humana. Essa barreira técnica exacerba a visão negativa de migrantes em situação irregular e ilegal, indo contra a proteção e promoção dos direitos humanos que a nova lei de uma certa maneira buscou alcançar.

No artigo 211 do decreto abrange que “o delegado da polícia federal poderá representar perante o juízo federal pela prisão ou por outra medida cautelar”. Logo conseguimos constatar um problema de legalidade, posto que no artigo 123 da Lei de Migração diz que “ninguém será privado de sua liberdade por razões migratórias”. Por conseguinte, o defensor público da União Gustavo Zortea (2017) assevera que “não se pode estabelecer uma medida cautelar sem que haja uma lei que a conforte”.

O decreto aumenta a contingência de dupla punição ao imigrantes que descumprir a lei brasileira. Na Seção IV - Da expulsão é possível verificar as maneiras para tal ocorrido, já que os imigrantes podem ser presos e após isso deportados. Consoante o art. 194 “Enquanto o procedimento de expulsão estiver pendente, o expulsando permanecerá aguardando a sua decisão, sem alteração de sua condição migratória”, ou seja, durante esse momento de espera, os mesmos não tem concessão para regularizar a situação migratória, diferentemente da Lei 13.445/2017 em que preza em suas diretrizes a garantia a regularização a todos os migrantes

Há ainda várias outras incongruências perante o texto, desde o não definir de alguns termos previstos em lei e postergar alguns critérios; dificultar a oportunidade de reunião familiar; a dependência de diversos vistos a concessão prévia do Ministério do Trabalho; a previsão de prisão para fins administrativos, dentre outros.

É notório como o decreto vai contra e descaracteriza os avanços da própria lei, se assemelhando assim, com o antigo Estatuto do Estrangeiro e retrocedendo ao que ele externava, como o interesse e a segurança nacional sendo seu foco principal. Desta forma, vemos como essa regulamentação atrapalha a manutenção da política migratória e ameaçou toda uma conquista histórica de direitos por ora conquistados.

CONCLUSÃO

É perceptível que a migração abrange toda uma questão cultural, econômica e jurídica. Além de que um fator que contribui muito para o processo migratório é a busca por liberdade e que os direitos fundamentais do indivíduo sejam respeitados.

O efeito demográfico com as migrações será muito direto sobre a economia do país tanto de origem quanto de destino e neste último ainda irá atuar sobre o aspecto social. Assim, fica claro que os efeitos que a migração traz para os países acabam por afetar toda comunidade.

Sendo assim, o deslocamento de pessoas possibilita o crescimento econômico e desenvolve melhorias na condição de vida da população em sua maioria. Mas após muita leitura ficou claro que a maneira com que as comunidades dos países lidam atualmente com os fluxos migratórios podem ser apontadas como inapropriadas. Se houvesse uma conscientização dessas comunidades bem como a redução de obstáculos e burocracia para facilitar e possibilitar o fluxo migratório isso iria permitir o surgimento de uma função mais eficiente desse fluxo que seria na continuação do desenvolvimento.

Por essa perspectiva observamos a necessidade de modernização do aparato legal para garantir os direitos dos migrantes, o governo brasileiro se destacou na América Latina em relação ao tema de refugiados e imigrantes, pois foi o primeiro país a elaborar e aprovar uma lei sobre esse tema. Porém, O Estatuto do Estrangeiro veio antes da C.F., e por se tratar de uma lei criada no período da ditadura, ela baseava-se apenas na segurança nacional do país.

Já a C. F. de 1988, trouxe um texto mais humanizado assegurando diversos direitos aos estrangeiros e refugiados, garantindo uma igualdade entre brasileiros e estrangeiros, igualdade essa que não era prevista pelo Estatuto do Estrangeiro, então mediante esse desencontro a solução seria alterar a lei, mas isso só veio ocorrer efetivamente em 2017 dentre todas as mudanças que aconteceram com a nova lei, está a garantia de igualdade e direitos entre imigrantes e nacionais.

Analisando os benefícios e prejuízos que a Nova Lei de Migração sugere, os pontos benéficos por mais perceptíveis que sejam, acabaram sendo sobrepujados pelos pontos prejudiciais, já que a regulamentação dificultou um pouco a lei.

Finalmente, podemos evidenciar que o fluxo migratório a cada dia aumenta e por causas variadas, assim existe a necessidade de modernização do aparato legal, afim de permitir a garantia de direitos dessas pessoas que buscam em outros países tudo aquilo que não lhe foi permitido ou retirado, dando a essas pessoas a paz, liberdade e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei 13.445 (2017). **Institui a Lei de Migração**. Brasília: DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei 6.815 (1980). **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Migração**. Brasília: DF, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. Lei 9.474 (1997). **Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Brasília: DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº25 de 2012. **Proposta de Emenda à Constituição**. Brasília: DF: 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/105568/pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

BRASIL. Projeto de Lei 2.516 (2015). **“Lei do Estrangeiro”**. Brasília: DF, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594910>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei 5.655 (2009). **“Lei do Estrangeiro”**. Brasília: DF, 2009. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Resolução Normativa CNlg nº 97 de 12 de janeiro de 2012. **Resolução Normativa.** Brasília: DF, 2012. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F05451F014F413CB5A61180/RN%2097%20-%20consolidada%20pelas%20RNs%20102%20-%20106%20-%20113%20%20e%20117.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Resolução Normativa CONARE nº 17 de 20 de setembro de 2013. **Resolução Normativa.** Brasília: DF, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258708>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ASANO, Camila. **Nova Lei de Migração é Sancionada, mas vetos derrubam anistia e 19 pontos.** Porto Alegre: RS, 2017. Disponível em: <http://migramundo.com/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-mas-vetos-derrubam-anistia-e-mais-19-pontos/>. Acesso em: 10 out. 2017.

AMARAL, Ana Paula Martins; COSTA, Luiz Rosado. **A (não) criminalização das migrações e políticas migratórias no Brasil: do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração.** In: *Justiça do Direito*, v. 31, n. 2, p. 208-228, maio/ago. 2017.

AZEVEDO, Luiz Carlos. **História do Direito, Ciência e Disciplina.** Revista Brasileira de Direito Comparado, v. 19, p. 133-154, 2001.

BARALDI, Camila Bibiana Freitas. **Migrações internacionais, Direitos Humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana.** 2014. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Um analista do Inconsciente.** In SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou o Paradoxo da Alteridade*, p. 11.

CÂMARA, Átila Rabelo Tavares da. **Fluxos migratórios para o Brasil no início do Século XXI: respostas institucionais brasileiras**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CEPAL. **Globalización y Desarrollo**. Santiago de Chile: Cepal, Naciones Unidas, 2002, p. 244.

_____. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 18 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/convencao%20.doc>. Acesso em: 15 out. 2017.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Jun. 2018.

CORREA, Mariana Almeida Silveira et al . **MIGRAÇÃO POR SOBREVIVÊNCIA: SOLUÇÕES BRASILEIRAS**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília , v. 23, n. 44, p. 221-236, June 2015.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

FERNANDES, Pádua. O direito internacional dos direitos humanos e a ditadura militar no Brasil: o isolacionismo deceptivo. In: **Jornada De Estudos Sobre Ditaduras E Direitos Humanos**, 1, 2011: 02 a 30 abr, Porto Alegre. Anais. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf>. Porto Alegre: APERS, 2011. p. 438-446. Acesso em: 10 out 2017.

FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil** (1808-1824- 1974). São Paulo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais, 1974.

GALLOTTI KENICKE, Pedro Henrique. **O Estatuto do Estrangeiro e a Lei das Migrações: da Doutrina da Segurança Nacional ao Desenvolvimento Humano**. Curitiba: edição do autor, 2016.

GALLOTTI KENICKE, Pedro Henrique. Estatuto do estrangeiro: diretriz da política pública migratória no Brasil. In: **Revista Jurídica Luso Brasileira**, n. 6, p. 1285-1307, Ano 1, 2015.

GALLOTTI KENICKE, Pedro Henrique; LORENZETTO, Bruno Meneses. O estatuto do estrangeiro e a mudança da fundamentação da política migratória brasileira. *in*: **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 195-209, dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/559>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GRANJA, João Guilherme. **Lei de Migração Sancionada continua a ser Avanço, mas vetos inspiram atenção**. Rio de Janeiro: RJ, 2017. Disponível em: <http://migramundo.com/lei-de-migracao-sancionada-continua-a-ser-avanco-mas-vetos-inspiram-atencao/>. Acesso em: 10 out. 2017.

HOBSBAWN, Eric J. **A era do capital: 1848 – 1875**. Trad. Luciano Costa Neto. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **ILO Facts on Migrant Labour**. 2014. Disponível em: <<http://www.ilo.org/migrant>>.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Fair Migration: Setting an ILO. Agenda**. Geneva: International Labour Office, 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S. **A Necessidade de Proteção Internacional no Âmbito da Migração.** Revista Direito GV. São Paulo, 6 (1), 2010, p. 275-294.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. **Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30.** REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília , v. 22, n. 43, p. 11-33, Dec. 2014

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas.** Brasília: DF, 2005. Disponível em:
<http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/143-migracoes-internacionais-contemporaneas>. Acesso em: 15 out. 2017.

MARTINE, George. **A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21.** São Paulo Perspec., São Paulo , v. 19, n. 3, p. 3-22, Sept. 2005;

MASSEY, Douglas S... [et al.]. Theories of International Migration: a Review and Appraisal.
Population and Development Review, 1993, vol. 19, n. 3, pp. 431-466.

MAZZA, Débora. **O DIREITO HUMANO À MOBILIDADE: DOIS TEXTOS E DOIS CONTEXTOS.** REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana , v. 23, p. 237-257, 2015.

MAZZUOLI, V. D. O. **Direito Internacional Público.** 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro.** 3.ed. São Paulo: RT, 1976.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz; CANOTILHO, J. J. Gomes. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/ Almedina/IDP, 2013.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais**. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. **História das Relações Internacionais: teoria e processos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

MILESI, Rosita. **"REFUGIADOS E MIGRAÇÕES FORÇADAS:: UMA REFLEXÃO AOS 20 ANOS DA DECLARAÇÃO DE CARTAGENA"**. Ed. Ministério da Justiça. Ago 2014, 10 p. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7BC728A416-5AA7-476D-B239-CC89FFB36301%7D> Acesso em: 06 mai 2018.

MIOTO, Beatriz Tamasso. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Liminar do Século XXI**. 2008. 85 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p. 20.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais**. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

PENA, Rodolfo Alves. **Fluxos Migratórios Internacionais**. Disponível em <https://escolaeducacao.com.br/fluxos-migratorios-internacionais/>. Acesso em 25 de abril de 2018.

PITOL, Valter. **Nova Lei de Migração deve Facilitar Trabalho para Refugiados**. São Paulo: SP, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/nova-lei-de-migracao-deve-facilitar-trabalho-para-refugiados/>. Acesso em: 10 out. 2017.

PÓVOA NETO, Helion. **Barreiras Físicas como Dispositivos de Política Migratória na Atualidade**. In: FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER, Carlos

Bernardo; PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira (orgs.). *A Experiência Migrante: Entre Deslocamentos e Reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra: Assembleia Geral das Nações Unidas, 28 de julho de 1951. Disponível em:
http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Conven%C3%A7%C3%A3o_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1. Acesso em: 15 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Centro de Informação das Nações Unidas. **Ficha Informativa sobre Migrações Internacionais**. Disponível em
<https://www.unric.org/pt/novedades-desenvolvimento-economico-e-social/3561>. Acesso em 1 de maio de 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Projeto da Nova Lei de Migração para uma Dívida Histórica**. Curitiba: PR, 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/herman-benjamin-o-ministro-com-sangue-politico-cw5zbqln2frysk7gw70hoij38>. Acesso em: 10 out. 2017.

REALE, Miguel. **Horizontes do Direito na História**. 3.ed. São Paulo: Saraiva: 2000.

REIS, Rossana Rocha. **A política do Brasil para as migrações internacionais**. Contexto int., Rio de Janeiro , v. 33, n. 1, p. 47-69, June 2011 .

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. **Um Estudo Comparado sobre a Expulsão de Estrangeiros**. ROJO, Sara et al. (org.). **Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas**. Belo Horizonte: MG, Faculdade de Letras da UFMG, 2009, p. 1641. Disponível em:
http://www.letras.ufmg.br/espanhol/Anais/anais_paginas_%201502-2009/Get%FAlio%20Vargas.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1998**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SESTOKAS, Lucia. **Qual o Avanço da Nova Lei de Migração Aprovada na Câmara**. Brasília: DF, 2017. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/08/Qual-o-avan%C3%A7o-da-nova-Lei-de-Migra%C3%A7%C3%A3o-aprovada-na-C%C3%A2mara>. Acesso em: 10 out. 2017.

SICILIANO, A. L. **A Política Migratória Brasileira: limites e desafios**. 2013. 59f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, M. A. M. **Contribuições metodológicas para a análise das migrações**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO: NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS, São Paulo. 2007, p. 57-68.

SILVA, Orlando. **Fluxos Migratórios: a distribuição da população de cada Estado pelo país**. Campo Grande: MS, 2017. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/01/Fluxos-migrat%C3%B3rios-a-distribui%C3%A7%C3%A3o-da-popula%C3%A7%C3%A3o-de-cada-estado-pelo-pa%C3%ADs>. Acesso em: 10 out. 2017.

SILVA, Natália Monteiro Araújo da. **De 10,1 mil refugiados, apenas 5,1 mil continuam no Brasil com o registro definitivo**. Disponível em:
http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em 06 de maio de 2018.

SKELDON, R. **Migration and poverty: ambivalent relationships**. Asia-Pacific Population Journal, Bangkok, v. 17, n. 3, p. 67-82, 2002.

SPRANDEL, Marcia Anita. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. *in*: **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 45, p. 145-168, Dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000200145&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 jun. 2018.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria do Estado**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

ANEXO - LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - (VETADO);

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

§ 2º (VETADO).

Art. 2º Esta Lei não prejudica a aplicação de normas internas e internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares.

Seção II

Dos Princípios e das Garantias

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;

III - não criminalização da migração;

IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;

V - promoção de entrada regular e de regularização documental;

VI - acolhida humanitária;

VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;

VIII - garantia do direito à reunião familiar;

IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;

X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;

XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;

XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;

XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;

XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;

XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;

XVIII - observância ao disposto em tratado;

XIX - proteção ao brasileiro no exterior;

XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;

XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e

XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

II - direito à liberdade de circulação em território nacional;

III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;

IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;

V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;

VI - direito de reunião para fins pacíficos;

VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;

VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;

XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XIV - direito a abertura de conta bancária;

XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e

XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

§ 1º Os direitos e as garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, observado o disposto no § 4º deste artigo, e não excluem outros decorrentes de tratado de que o Brasil seja parte.

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

CAPÍTULO II

DA SITUAÇÃO DOCUMENTAL DO MIGRANTE E DO VISITANTE

Seção I

Dos Documentos de Viagem

Art. 5º São documentos de viagem:

I - passaporte;

II - laissez-passer;

III - autorização de retorno;

IV - salvo-conduto;

V - carteira de identidade de marítimo;

VI - carteira de matrícula consular;

VII - documento de identidade civil ou documento estrangeiro equivalente, quando admitidos em tratado;

VIII - certificado de membro de tripulação de transporte aéreo; e

IX - outros que vierem a ser reconhecidos pelo Estado brasileiro em regulamento.

§ 1º Os documentos previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e IX, quando emitidos pelo Estado brasileiro, são de propriedade da União, cabendo a seu titular a posse direta e o uso regular.

§ 2º As condições para a concessão dos documentos de que trata o § 1º serão previstas em regulamento.

Seção II Dos Vistos

Subseção I Disposições Gerais

Art. 6º O visto é o documento que dá a seu titular expectativa de ingresso em território nacional.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 7º O visto será concedido por embaixadas, consulados-gerais, consulados, vice-consulados e, quando habilitados pelo órgão competente do Poder Executivo, por escritórios comerciais e de representação do Brasil no exterior.

Parágrafo único. Excepcionalmente, os vistos diplomático, oficial e de cortesia poderão ser concedidos no Brasil.

Art. 8º Poderão ser cobrados taxas e emolumentos consulares pelo processamento do visto.

Art. 9º Regulamento disporá sobre:

I - requisitos de concessão de visto, bem como de sua simplificação, inclusive por reciprocidade;

II - prazo de validade do visto e sua forma de contagem;

III - prazo máximo para a primeira entrada e para a estada do imigrante e do visitante no País;

IV - hipóteses e condições de dispensa recíproca ou unilateral de visto e de taxas e emolumentos consulares por seu processamento; e

V - solicitação e emissão de visto por meio eletrônico.

Parágrafo único. A simplificação e a dispensa recíproca de visto ou de cobrança de taxas e emolumentos consulares por seu processamento poderão ser definidas por comunicação diplomática.

Art. 10. Não se concederá visto:

I - a quem não preencher os requisitos para o tipo de visto pleiteado;

II - a quem comprovadamente ocultar condição impeditiva de concessão de visto ou de ingresso no País; ou

III - a menor de 18 (dezoito) anos desacompanhado ou sem autorização de viagem por escrito dos responsáveis legais ou de autoridade competente.

Art. 11. Poderá ser denegado visto a quem se enquadrar em pelo menos um dos casos de impedimento definidos nos incisos I, II, III, IV e IX do art. 45.

Parágrafo único. A pessoa que tiver visto brasileiro denegado será impedida de ingressar no País enquanto permanecerem as condições que ensejaram a denegação.

Subseção II Dos Tipos de Visto

Art. 12. Ao solicitante que pretenda ingressar ou permanecer em território nacional poderá ser concedido visto:

I - de visita;

II - temporário;

III - diplomático;

IV - oficial;

V - de cortesia.

Subseção III Do Visto de Visita

Art. 13. O visto de visita poderá ser concedido ao visitante que venha ao Brasil para estada de curta duração, sem intenção de estabelecer residência, nos seguintes casos:

I - turismo;

II - negócios;

III - trânsito;

IV - atividades artísticas ou desportivas; e

V - outras hipóteses definidas em regulamento.

§ 1º É vedado ao beneficiário de visto de visita exercer atividade remunerada no Brasil.

§ 2º O beneficiário de visto de visita poderá receber pagamento do governo, de empregador brasileiro ou de entidade privada a título de diária, ajuda de custo, cachê, pró-labore ou outras despesas com a viagem, bem como concorrer a prêmios, inclusive em dinheiro, em competições desportivas ou em concursos artísticos ou culturais.

§ 3º O visto de visita não será exigido em caso de escala ou conexão em território nacional, desde que o visitante não deixe a área de trânsito internacional.

Subseção IV Do Visto Temporário

Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - o visto temporário tenha como finalidade:

a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;

b) tratamento de saúde;

c) acolhida humanitária;

d) estudo;

e) trabalho;

f) férias-trabalho;

g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário;

h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;

i) reunião familiar;

j) atividades artísticas ou desportivas com contrato por prazo determinado;

II - o imigrante seja beneficiário de tratado em matéria de vistos;

III - outras hipóteses definidas em regulamento.

§ 1º O visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica poderá ser concedido ao imigrante com ou sem vínculo empregatício com a instituição de pesquisa ou de ensino brasileira, exigida, na hipótese de vínculo, a comprovação de formação superior compatível ou equivalente reconhecimento científico.

§ 2º O visto temporário para tratamento de saúde poderá ser concedido ao imigrante e a seu acompanhante, desde que o imigrante comprove possuir meios de subsistência suficientes.

§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

§ 4º O visto temporário para estudo poderá ser concedido ao imigrante que pretenda vir ao Brasil para frequentar curso regular ou realizar estágio ou intercâmbio de estudo ou de pesquisa.

§ 5º Observadas as hipóteses previstas em regulamento, o visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no País, dispensada esta exigência se o imigrante comprovar titulação em curso de ensino superior ou equivalente.

§ 6º O visto temporário para férias-trabalho poderá ser concedido ao imigrante maior de 16 (dezesesseis) anos que seja nacional de país que conceda idêntico benefício ao nacional brasileiro, em termos definidos por comunicação diplomática.

§ 7º Não se exigirá do marítimo que ingressar no Brasil em viagem de longo curso ou em cruzeiros marítimos pela costa brasileira o visto temporário de que trata a alínea "e" do inciso I do caput, bastando a apresentação da carteira internacional de marítimo, nos termos de regulamento.

§ 8º É reconhecida ao imigrante a quem se tenha concedido visto temporário para trabalho a possibilidade de modificação do local de exercício de sua atividade laboral.

§ 9º O visto para realização de investimento poderá ser concedido ao imigrante que aporte recursos em projeto com potencial para geração de empregos ou de renda no País.

§ 10. (VETADO).

Subseção V **Dos Vistos Diplomático, Oficial e de Cortesia**

Art. 15. Os vistos diplomático, oficial e de cortesia serão concedidos, prorrogados ou dispensados na forma desta Lei e de regulamento.

Parágrafo único. Os vistos diplomático e oficial poderão ser transformados em autorização de residência, o que importará cessação de todas as prerrogativas, privilégios e imunidades decorrentes do respectivo visto.

Art. 16. Os vistos diplomático e oficial poderão ser concedidos a autoridades e funcionários estrangeiros que viajem ao Brasil em missão oficial de caráter transitório ou permanente, representando Estado estrangeiro ou organismo internacional reconhecido.

§ 1º Não se aplica ao titular dos vistos referidos no caput o disposto na legislação trabalhista brasileira.

§ 2º Os vistos diplomático e oficial poderão ser estendidos aos dependentes das autoridades referidas no caput.

Art. 17. O titular de visto diplomático ou oficial somente poderá ser remunerado por Estado estrangeiro ou organismo internacional, ressalvado o disposto em tratado que contenha cláusula específica sobre o assunto.

Parágrafo único. O dependente de titular de visto diplomático ou oficial poderá exercer atividade remunerada no Brasil, sob o amparo da legislação trabalhista brasileira, desde que seja nacional de país que assegure reciprocidade de tratamento ao nacional brasileiro, por comunicação diplomática.

Art. 18. O empregado particular titular de visto de cortesia somente poderá exercer atividade remunerada para o titular de visto diplomático, oficial ou de cortesia ao qual esteja vinculado, sob o amparo da legislação trabalhista brasileira.

Parágrafo único. O titular de visto diplomático, oficial ou de cortesia será responsável pela saída de seu empregado do território nacional.

Seção III

Do Registro e da Identificação Civil do Imigrante e dos Detentores de Vistos Diplomático, Oficial e de Cortesia

Art. 19. O registro consiste na identificação civil por dados biográficos e biométricos, e é obrigatório a todo imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência.

§ 1º O registro gerará número único de identificação que garantirá o pleno exercício dos atos da vida civil.

§ 2º O documento de identidade do imigrante será expedido com base no número único de identificação.

§ 3º Enquanto não for expedida identificação civil, o documento comprobatório de que o imigrante a solicitou à autoridade competente garantirá ao titular o acesso aos direitos disciplinados nesta Lei.

Art. 20. A identificação civil de solicitante de refúgio, de asilo, de reconhecimento de apatridia e de acolhimento humanitário poderá ser realizada com a apresentação dos documentos de que o imigrante dispuser.

Art. 21. Os documentos de identidade emitidos até a data de publicação desta Lei continuarão válidos até sua total substituição.

Art. 22. A identificação civil, o documento de identidade e as formas de gestão da base cadastral dos detentores de vistos diplomático, oficial e de cortesia atenderão a disposições específicas previstas em regulamento.

CAPÍTULO III DA CONDIÇÃO JURÍDICA DO MIGRANTE E DO VISITANTE

Seção I Do Residente Fronteiriço

Art. 23. A fim de facilitar a sua livre circulação, poderá ser concedida ao residente fronteiriço, mediante requerimento, autorização para a realização de atos da vida civil.

Parágrafo único. Condições específicas poderão ser estabelecidas em regulamento ou tratado.

Art. 24. A autorização referida no caput do art. 23 indicará o Município fronteiriço no qual o residente estará autorizado a exercer os direitos a ele atribuídos por esta Lei.

§ 1º O residente fronteiriço detentor da autorização gozará das garantias e dos direitos assegurados pelo regime geral de migração desta Lei, conforme especificado em regulamento.

§ 2º O espaço geográfico de abrangência e de validade da autorização será especificado no documento de residente fronteiriço.

Art. 25. O documento de residente fronteiriço será cancelado, a qualquer tempo, se o titular:

I - tiver fraudado documento ou utilizado documento falso para obtê-lo;

II - obtiver outra condição migratória;

III - sofrer condenação penal; ou

IV - exercer direito fora dos limites previstos na autorização.

Seção II Da Proteção do Apátrida e da Redução da Apatridia

Art. 26. Regulamento disporá sobre instituto protetivo especial do apátrida, consolidado em processo simplificado de naturalização.

§ 1º O processo de que trata o caput será iniciado tão logo seja reconhecida a situação de apatridia.

§ 2º Durante a tramitação do processo de reconhecimento da condição de apátrida, incidem todas as garantias e mecanismos protetivos e de facilitação da inclusão social relativos à Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, à Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, promulgada pelo Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961, e à Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

§ 3º Aplicam-se ao apátrida residente todos os direitos atribuídos ao migrante relacionados no art. 4º.

§ 4º O reconhecimento da condição de apátrida assegura os direitos e garantias previstos na Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, bem como outros direitos e garantias reconhecidos pelo Brasil.

§ 5º O processo de reconhecimento da condição de apátrida tem como objetivo verificar se o solicitante é considerado nacional pela legislação de algum Estado e poderá considerar informações, documentos e declarações prestadas pelo próprio solicitante e por órgãos e organismos nacionais e internacionais.

§ 6º Reconhecida a condição de apátrida, nos termos do inciso VI do § 1º do art. 1º, o solicitante será consultado sobre o desejo de adquirir a nacionalidade brasileira.

§ 7º Caso o apátrida opte pela naturalização, a decisão sobre o reconhecimento será encaminhada ao órgão competente do Poder Executivo para publicação dos atos necessários à efetivação da naturalização no prazo de 30 (trinta) dias, observado o art. 65.

§ 8º O apátrida reconhecido que não opte pela naturalização imediata terá a autorização de residência outorgada em caráter definitivo.

§ 9º Caberá recurso contra decisão negativa de reconhecimento da condição de apátrida.

§ 10. Subsistindo a denegação do reconhecimento da condição de apátrida, é vedada a devolução do indivíduo para país onde sua vida, integridade pessoal ou liberdade estejam em risco.

§ 11. Será reconhecido o direito de reunião familiar a partir do reconhecimento da condição de apátrida.

§ 12. Implica perda da proteção conferida por esta Lei:

I - a renúncia;

II - a prova da falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de apátrida; ou

III - a existência de fatos que, se fossem conhecidos por ocasião do reconhecimento, teriam ensejado decisão negativa.

Seção III Do Asilado

Art. 27. O asilo político, que constitui ato discricionário do Estado, poderá ser diplomático ou territorial e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre as condições para a concessão e a manutenção de asilo.

Art. 28. Não se concederá asilo a quem tenha cometido crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.

Art. 29. A saída do asilado do País sem prévia comunicação implica renúncia ao asilo.

Seção IV Da Autorização de Residência

Art. 30. A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses:

I - a residência tenha como finalidade:

- a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;
 - b) tratamento de saúde;
 - c) acolhida humanitária;
 - d) estudo;
 - e) trabalho;
 - f) férias-trabalho;
 - g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário;
 - h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;
 - i) reunião familiar;
- II - a pessoa:
- a) seja beneficiária de tratado em matéria de residência e livre circulação;
 - b) seja detentora de oferta de trabalho;
 - c) já tenha possuído a nacionalidade brasileira e não deseje ou não reúna os requisitos para readquiri-la;
 - d) (VETADO);
 - e) seja beneficiária de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida;
 - f) seja menor nacional de outro país ou apátrida, desacompanhado ou abandonado, que se encontre nas fronteiras brasileiras ou em território nacional;
 - g) tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória;
 - h) esteja em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no Brasil;
- III - outras hipóteses definidas em regulamento.
- § 1º Não se concederá a autorização de residência a pessoa condenada criminalmente no Brasil ou no exterior por sentença transitada em julgado, desde que a conduta esteja tipificada na legislação penal brasileira, ressalvados os casos em que:
- I - a conduta caracterize infração de menor potencial ofensivo;
 - II - (VETADO); ou
 - III - a pessoa se enquadre nas hipóteses previstas nas alíneas “b”, “c” e “i” do inciso I e na alínea “a” do inciso II do caput deste artigo.

§ 2º O disposto no § 1º não obsta progressão de regime de cumprimento de pena, nos termos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, ficando a pessoa autorizada a trabalhar quando assim exigido pelo novo regime de cumprimento de pena.

§ 3º Nos procedimentos conducentes ao cancelamento de autorização de residência e no recurso contra a negativa de concessão de autorização de residência devem ser respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 31. Os prazos e o procedimento da autorização de residência de que trata o art. 30 serão dispostos em regulamento, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º Será facilitada a autorização de residência nas hipóteses das alíneas “a” e “e” do inciso I do art. 30 desta Lei, devendo a deliberação sobre a autorização ocorrer em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar de sua solicitação.

§ 2º Nova autorização de residência poderá ser concedida, nos termos do art. 30, mediante requerimento.

§ 3º O requerimento de nova autorização de residência após o vencimento do prazo da autorização anterior implicará aplicação da sanção prevista no inciso II do art. 109.

§ 4º O solicitante de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida fará jus a autorização provisória de residência até a obtenção de resposta ao seu pedido.

§ 5º Poderá ser concedida autorização de residência independentemente da situação migratória.

Art. 32. Poderão ser cobradas taxas pela autorização de residência.

Art. 33. Regulamento disporá sobre a perda e o cancelamento da autorização de residência em razão de fraude ou de ocultação de condição impeditiva de concessão de visto, de ingresso ou de permanência no País, observado procedimento administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa.

Art. 34. Poderá ser negada autorização de residência com fundamento nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, IV e IX do art. 45.

Art. 35. A posse ou a propriedade de bem no Brasil não confere o direito de obter visto ou autorização de residência em território nacional, sem prejuízo do disposto sobre visto para realização de investimento.

Art. 36. O visto de visita ou de cortesia poderá ser transformado em autorização de residência, mediante requerimento e registro, desde que satisfeitos os requisitos previstos em regulamento.

Seção V **Da Reunião Familiar**

Art. 37. O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante:

I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma;

II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência;

III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou

IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.

Parágrafo único. (VETADO).

CAPÍTULO IV DA ENTRADA E DA SAÍDA DO TERRITÓRIO NACIONAL

Seção I **Da Fiscalização Marítima, Aeroportuária e de Fronteira**

Art. 38. As funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira serão realizadas pela Polícia Federal nos pontos de entrada e de saída do território nacional.

Parágrafo único. É dispensável a fiscalização de passageiro, tripulante e estafe de navio em passagem inocente, exceto quando houver necessidade de descida de pessoa a terra ou de subida a bordo do navio.

Art. 39. O viajante deverá permanecer em área de fiscalização até que seu documento de viagem tenha sido verificado, salvo os casos previstos em lei.

Art. 40. Poderá ser autorizada a admissão excepcional no País de pessoa que se encontre em uma das seguintes condições, desde que esteja de posse de documento de viagem válido:

I - não possua visto;

II - seja titular de visto emitido com erro ou omissão;

III - tenha perdido a condição de residente por ter permanecido ausente do País na forma especificada em regulamento e detenha as condições objetivas para a concessão de nova autorização de residência;

IV - (VETADO); ou

V - seja criança ou adolescente desacompanhado de responsável legal e sem autorização expressa para viajar desacompanhado, independentemente do documento de viagem que portar, hipótese em que haverá imediato encaminhamento ao Conselho Tutelar ou, em caso de necessidade, a instituição indicada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Regulamento poderá dispor sobre outras hipóteses excepcionais de admissão, observados os princípios e as diretrizes desta Lei.

Art. 41. A entrada condicional, em território nacional, de pessoa que não preencha os requisitos de admissão poderá ser autorizada mediante a assinatura, pelo transportador ou por seu agente, de termo de compromisso de custear as despesas com a permanência e com as providências para a repatriação do viajante.

Art. 42. O tripulante ou o passageiro que, por motivo de força maior, for obrigado a interromper a viagem em território nacional poderá ter seu desembarque permitido mediante termo de responsabilidade pelas despesas decorrentes do transbordo.

Art. 43. A autoridade responsável pela fiscalização contribuirá para a aplicação de medidas sanitárias em consonância com o Regulamento Sanitário Internacional e com outras disposições pertinentes

Seção II Do Impedimento de Ingresso

Art. 44. (VETADO).

Art. 45. Poderá ser impedida de ingressar no País, após entrevista individual e mediante ato fundamentado, a pessoa:

I - anteriormente expulsa do País, enquanto os efeitos da expulsão vigorarem;

II - condenada ou respondendo a processo por ato de terrorismo ou por crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002;

III - condenada ou respondendo a processo em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira;

IV - que tenha o nome incluído em lista de restrições por ordem judicial ou por compromisso assumido pelo Brasil perante organismo internacional;

V - que apresente documento de viagem que:

- a) não seja válido para o Brasil;
- b) esteja com o prazo de validade vencido; ou
- c) esteja com rasura ou indício de falsificação;

VI - que não apresente documento de viagem ou documento de identidade, quando admitido;

VII - cuja razão da viagem não seja condizente com o visto ou com o motivo alegado para a isenção de visto;

VIII - que tenha, comprovadamente, fraudado documentação ou prestado informação falsa por ocasião da solicitação de visto; ou

IX - que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Ninguém será impedido de ingressar no País por motivo de raça, religião, nacionalidade, pertinência a grupo social ou opinião política.

CAPÍTULO V DAS MEDIDAS DE RETIRADA COMPULSÓRIA

Seção I Disposições Gerais

Art. 46. A aplicação deste Capítulo observará o disposto na Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, e nas disposições legais, tratados, instrumentos e mecanismos que tratem da proteção aos apátridas ou de outras situações humanitárias.

Art. 47. A repatriação, a deportação e a expulsão serão feitas para o país de nacionalidade ou de procedência do migrante ou do visitante, ou para outro que o aceite, em observância aos tratados dos quais o Brasil seja parte.

Art. 48. Nos casos de deportação ou expulsão, o chefe da unidade da Polícia Federal poderá representar perante o juízo federal, respeitadas, nos procedimentos judiciais, os direitos à ampla defesa e ao devido processo legal.

Seção II Da Repatriação

Art. 49. A repatriação consiste em medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade.

§ 1º Será feita imediata comunicação do ato fundamentado de repatriação à empresa transportadora e à autoridade consular do país de procedência ou de nacionalidade do migrante ou do visitante, ou a quem o representa.

§ 2º A Defensoria Pública da União será notificada, preferencialmente por via eletrônica, no caso do § 4º deste artigo ou quando a repatriação imediata não seja possível.

§ 3º Condições específicas de repatriação podem ser definidas por regulamento ou tratado, observados os princípios e as garantias previstos nesta Lei.

§ 4º Não será aplicada medida de repatriação à pessoa em situação de refúgio ou de apatridia, de fato ou de direito, ao menor de 18 (dezoito) anos desacompanhado ou separado de sua família, exceto nos casos em que se demonstrar favorável para a garantia de seus direitos ou para a reintegração a sua família de origem, ou a quem necessite de acolhimento humanitário, nem, em qualquer caso, medida de devolução para país ou região que possa apresentar risco à vida, à integridade pessoal ou à liberdade da pessoa.

§ 5º (VETADO).

Seção III Da Deportação

Art. 50. A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional.

§ 1º A deportação será precedida de notificação pessoal ao deportando, da qual constem, expressamente, as irregularidades verificadas e prazo para a regularização não inferior a 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, por igual período, por despacho fundamentado e mediante compromisso de a pessoa manter atualizadas suas informações domiciliares.

§ 2º A notificação prevista no § 1º não impede a livre circulação em território nacional, devendo o deportando informar seu domicílio e suas atividades.

§ 3º Vencido o prazo do § 1º sem que se regularize a situação migratória, a deportação poderá ser executada.

§ 4º A deportação não exclui eventuais direitos adquiridos em relações contratuais ou decorrentes da lei brasileira.

§ 5º A saída voluntária de pessoa notificada para deixar o País equivale ao cumprimento da notificação de deportação para todos os fins.

§ 6º O prazo previsto no § 1º poderá ser reduzido nos casos que se enquadrem no inciso IX do art. 45.

Art. 51. Os procedimentos conducentes à deportação devem respeitar o contraditório e a ampla defesa e a garantia de recurso com efeito suspensivo.

§ 1º A Defensoria Pública da União deverá ser notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para prestação de assistência ao deportando em todos os procedimentos administrativos de deportação.

§ 2º A ausência de manifestação da Defensoria Pública da União, desde que prévia e devidamente notificada, não impedirá a efetivação da medida de deportação.

Art. 52. Em se tratando de apátrida, o procedimento de deportação dependerá de prévia autorização da autoridade competente.

Art. 53. Não se procederá à deportação se a medida configurar extradição não admitida pela legislação brasileira.

Seção IV Da Expulsão

Art. 54. A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado.

§ 1º Poderá dar causa à expulsão a condenação com sentença transitada em julgado relativa à prática de:

I - crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002; ou

II - crime comum doloso passível de pena privativa de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização em território nacional.

§ 2º Caberá à autoridade competente resolver sobre a expulsão, a duração do impedimento de reingresso e a suspensão ou a revogação dos efeitos da expulsão, observado o disposto nesta Lei.

§ 3º O processamento da expulsão em caso de crime comum não prejudicará a progressão de regime, o cumprimento da pena, a suspensão condicional do processo, a comutação da pena ou a concessão de pena alternativa, de indulto coletivo ou individual, de anistia ou de quaisquer benefícios concedidos em igualdade de condições ao nacional brasileiro.

§ 4º O prazo de vigência da medida de impedimento vinculada aos efeitos da expulsão será proporcional ao prazo total da pena aplicada e nunca será superior ao dobro de seu tempo.

Art. 55. Não se procederá à expulsão quando:

I - a medida configurar extradição inadmitida pela legislação brasileira;

II - o expulsando:

a) tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou socioafetiva ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela;

b) tiver cônjuge ou companheiro residente no Brasil, sem discriminação alguma, reconhecido judicial ou legalmente;

c) tiver ingressado no Brasil até os 12 (doze) anos de idade, residindo desde então no País;

d) for pessoa com mais de 70 (setenta) anos que resida no País há mais de 10 (dez) anos, considerados a gravidade e o fundamento da expulsão; ou

e) (VETADO).

Art. 56. Regulamento definirá procedimentos para apresentação e processamento de pedidos de suspensão e de revogação dos efeitos das medidas de expulsão e de impedimento de ingresso e permanência em território nacional.

Art. 57. Regulamento disporá sobre condições especiais de autorização de residência para viabilizar medidas de ressocialização a migrante e a visitante em cumprimento de penas aplicadas ou executadas em território nacional.

Art. 58. No processo de expulsão serão garantidos o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º A Defensoria Pública da União será notificada da instauração de processo de expulsão, se não houver defensor constituído.

§ 2º Caberá pedido de reconsideração da decisão sobre a expulsão no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação pessoal do expulsando.

Art. 59. Será considerada regular a situação migratória do expulsando cujo processo esteja pendente de decisão, nas condições previstas no art. 55.

Art. 60. A existência de processo de expulsão não impede a saída voluntária do expulsando do País.

Seção V Das Vedações

Art. 61. Não se procederá à repatriação, à deportação ou à expulsão coletivas.

Parágrafo único. Entende-se por repatriação, deportação ou expulsão coletiva aquela que não individualiza a situação migratória irregular de cada pessoa.

Art. 62. Não se procederá à repatriação, à deportação ou à expulsão de nenhum indivíduo quando subsistirem razões para acreditar que a medida poderá colocar em risco a vida ou a integridade pessoal.

CAPÍTULO VI DA OPÇÃO DE NACIONALIDADE E DA NATURALIZAÇÃO

Seção I Da Opção de Nacionalidade

Art. 63. O filho de pai ou de mãe brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular poderá, a qualquer tempo, promover ação de opção de nacionalidade.

Parágrafo único. O órgão de registro deve informar periodicamente à autoridade competente os dados relativos à opção de nacionalidade, conforme regulamento.

Seção II Das Condições da Naturalização

Art. 64. A naturalização pode ser:

- I - ordinária;
- II - extraordinária;
- III - especial; ou
- IV - provisória.

Art. 65. Será concedida a naturalização ordinária àquele que preencher as seguintes condições:

- I - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;
- II - ter residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos;
- III - comunicar-se em língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando; e
- IV - não possuir condenação penal ou estiver reabilitado, nos termos da lei.

Art. 66. O prazo de residência fixado no inciso II do caput do art. 65 será reduzido para, no mínimo, 1 (um) ano se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições:

- I - (VETADO);
- II - ter filho brasileiro;
- III - ter cônjuge ou companheiro brasileiro e não estar dele separado legalmente ou de fato no momento de concessão da naturalização;
- IV - (VETADO);
- V - haver prestado ou poder prestar serviço relevante ao Brasil; ou
- VI - recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística.

Parágrafo único. O preenchimento das condições previstas nos incisos V e VI do caput será avaliado na forma disposta em regulamento.

Art. 67. A naturalização extraordinária será concedida a pessoa de qualquer nacionalidade fixada no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira.

Art. 68. A naturalização especial poderá ser concedida ao estrangeiro que se encontre em uma das seguintes situações:

I - seja cônjuge ou companheiro, há mais de 5 (cinco) anos, de integrante do Serviço Exterior Brasileiro em atividade ou de pessoa a serviço do Estado brasileiro no exterior; ou

II - seja ou tenha sido empregado em missão diplomática ou em repartição consular do Brasil por mais de 10 (dez) anos ininterruptos.

Art. 69. São requisitos para a concessão da naturalização especial:

I - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - comunicar-se em língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando; e

III - não possuir condenação penal ou estiver reabilitado, nos termos da lei.

Art. 70. A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente que tenha fixado residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e deverá ser requerida por intermédio de seu representante legal.

Parágrafo único. A naturalização prevista no caput será convertida em definitiva se o naturalizando expressamente assim o requerer no prazo de 2 (dois) anos após atingir a maioridade.

Art. 71. O pedido de naturalização será apresentado e processado na forma prevista pelo órgão competente do Poder Executivo, sendo cabível recurso em caso de denegação.

§ 1º No curso do processo de naturalização, o naturalizando poderá requerer a tradução ou a adaptação de seu nome à língua portuguesa.

§ 2º Será mantido cadastro com o nome traduzido ou adaptado associado ao nome anterior.

Art. 72. No prazo de até 1 (um) ano após a concessão da naturalização, deverá o naturalizado comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento.

Seção III Dos Efeitos da Naturalização

Art. 73. A naturalização produz efeitos após a publicação no Diário Oficial do ato de naturalização.

Art. 74. (VETADO).

Seção IV Da Perda da Nacionalidade

Art. 75. O naturalizado perderá a nacionalidade em razão de condenação transitada em julgado por atividade nociva ao interesse nacional, nos termos do inciso I do § 4º do art. 12 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O risco de geração de situação de apatridia será levado em consideração antes da efetivação da perda da nacionalidade.

Seção V Da Reaquisição da Nacionalidade

Art. 76. O brasileiro que, em razão do previsto no inciso II do § 4º do art. 12 da Constituição Federal, houver perdido a nacionalidade, uma vez cessada a causa, poderá readquiri-la ou ter o ato que declarou a perda revogado, na forma definida pelo órgão competente do Poder Executivo.

CAPÍTULO VII DO EMIGRANTE

Seção I Das Políticas Públicas para os Emigrantes

Art. 77. As políticas públicas para os emigrantes observarão os seguintes princípios e diretrizes:

I - proteção e prestação de assistência consular por meio das representações do Brasil no exterior;

II - promoção de condições de vida digna, por meio, entre outros, da facilitação do registro consular e da prestação de serviços consulares relativos às áreas de educação, saúde, trabalho, previdência social e cultura;

III - promoção de estudos e pesquisas sobre os emigrantes e as comunidades de brasileiros no exterior, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas;

IV - atuação diplomática, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, em defesa dos direitos do emigrante brasileiro, conforme o direito internacional

V - ação governamental integrada, com a participação de órgãos do governo com atuação nas áreas temáticas mencionadas nos incisos I, II, III e IV, visando a assistir as comunidades brasileiras no exterior; e

VI - esforço permanente de desburocratização, atualização e modernização do sistema de atendimento, com o objetivo de aprimorar a assistência ao emigrante.

Seção II Dos Direitos do Emigrante

Art. 78. Todo emigrante que decida retornar ao Brasil com ânimo de residência poderá introduzir no País, com isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras, os bens novos ou usados que um viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, puder destinar para seu uso ou consumo pessoal e profissional, sempre que, por sua quantidade, natureza ou variedade, não permitam presumir importação ou exportação com fins comerciais ou industriais.

Art. 79. Em caso de ameaça à paz social e à ordem pública por grave ou iminente instabilidade institucional ou de calamidade de grande proporção na natureza, deverá ser prestada especial assistência ao emigrante pelas representações brasileiras no exterior.

Art. 80. O tripulante brasileiro contratado por embarcação ou armadora estrangeira, de cabotagem ou a longo curso e com sede ou filial no Brasil, que explore economicamente o mar territorial e a costa brasileira terá direito a seguro a cargo do contratante, válido para todo o período da contratação, conforme o disposto no Registro de Embarcações Brasileiras (REB), contra acidente de trabalho, invalidez total ou parcial e morte, sem prejuízo de benefícios de apólice mais favorável vigente no exterior.

CAPÍTULO VIII DAS MEDIDAS DE COOPERAÇÃO

Seção I Da Extradicação

Art. 81. A extradicação é a medida de cooperação internacional entre o Estado brasileiro e outro Estado pela qual se concede ou solicita a entrega de pessoa sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal em curso.

§ 1º A extradicação será requerida por via diplomática ou pelas autoridades centrais designadas para esse fim.

§ 2º A extradicação e sua rotina de comunicação serão realizadas pelo órgão competente do Poder Executivo em coordenação com as autoridades judiciárias e policiais competentes.

Art. 82. Não se concederá a extradicação quando:

I - o indivíduo cuja extradicação é solicitada ao Brasil for brasileiro nato;

II - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;

III - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;

IV - a lei brasileira impuser ao crime pena de prisão inferior a 2 (dois) anos;

V - o extraditando estiver respondendo a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;

VI - a punibilidade estiver extinta pela prescrição, segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;

VII - o fato constituir crime político ou de opinião;

VIII - o extraditando tiver de responder, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção; ou

IX - o extraditando for beneficiário de refúgio, nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, ou de asilo territorial.

§ 1º A previsão constante do inciso VII do caput não impedirá a extradicação quando o fato constituir, principalmente, infração à lei penal comum ou quando o crime comum, conexo ao delito político, constituir o fato principal.

§ 2º Caberá à autoridade judiciária competente a apreciação do caráter da infração.

§ 3º Para determinação da incidência do disposto no inciso I, será observada, nos casos de aquisição de outra nacionalidade por naturalização, a anterioridade do fato gerador da extradicação.

§ 4º O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crime político o atentado contra chefe de Estado ou quaisquer autoridades, bem como crime contra a humanidade, crime de guerra, crime de genocídio e terrorismo.

§ 5º Admite-se a extradicação de brasileiro naturalizado, nas hipóteses previstas na Constituição Federal.

Art. 83. São condições para concessão da extradicação:

I - ter sido o crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado; e

II - estar o extraditando respondendo a processo investigatório ou a processo penal ou ter sido condenado pelas autoridades judiciárias do Estado requerente a pena privativa de liberdade.

Art. 84. Em caso de urgência, o Estado interessado na extradição poderá, previamente ou conjuntamente com a formalização do pedido extradicional, requerer, por via diplomática ou por meio de autoridade central do Poder Executivo, prisão cautelar com o objetivo de assegurar a executoriedade da medida de extradição que, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, deverá representar à autoridade judicial competente, ouvido previamente o Ministério Público Federal.

§ 1º O pedido de prisão cautelar deverá conter informação sobre o crime cometido e deverá ser fundamentado, podendo ser apresentado por correio, fax, mensagem eletrônica ou qualquer outro meio que assegure a comunicação por escrito.

§ 2º O pedido de prisão cautelar poderá ser transmitido à autoridade competente para extradição no Brasil por meio de canal estabelecido com o ponto focal da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) no País, devidamente instruído com a documentação comprobatória da existência de ordem de prisão proferida por Estado estrangeiro, e, em caso de ausência de tratado, com a promessa de reciprocidade recebida por via diplomática.

§ 3º Efetivada a prisão do extraditando, o pedido de extradição será encaminhado à autoridade judiciária competente.

§ 4º Na ausência de disposição específica em tratado, o Estado estrangeiro deverá formalizar o pedido de extradição no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que tiver sido cientificado da prisão do extraditando.

§ 5º Caso o pedido de extradição não seja apresentado no prazo previsto no § 4º, o extraditando deverá ser posto em liberdade, não se admitindo novo pedido de prisão cautelar pelo mesmo fato sem que a extradição tenha sido devidamente requerida.

§ 6º A prisão cautelar poderá ser prorrogada até o julgamento final da autoridade judiciária competente quanto à legalidade do pedido de extradição.

Art. 85. Quando mais de um Estado requerer a extradição da mesma pessoa, pelo mesmo fato, terá preferência o pedido daquele em cujo território a infração foi cometida.

§ 1º Em caso de crimes diversos, terá preferência, sucessivamente:

I - o Estado requerente em cujo território tenha sido cometido o crime mais grave, segundo a lei brasileira;

II - o Estado que em primeiro lugar tenha pedido a entrega do extraditando, se a gravidade dos crimes for idêntica;

III - o Estado de origem, ou, em sua falta, o domiciliar do extraditando, se os pedidos forem simultâneos.

§ 2º Nos casos não previstos nesta Lei, o órgão competente do Poder Executivo decidirá sobre a preferência do pedido, priorizando o Estado requerente que mantiver tratado de extradição com o Brasil.

§ 3º Havendo tratado com algum dos Estados requerentes, prevalecerão suas normas no que diz respeito à preferência de que trata este artigo.

Art. 86. O Supremo Tribunal Federal, ouvido o Ministério Público, poderá autorizar prisão albergue ou domiciliar ou determinar que o extraditando responda ao processo de extradição em liberdade, com retenção do documento de viagem ou outras medidas cautelares necessárias, até o julgamento da extradição ou a entrega do extraditando, se pertinente, considerando a situação administrativa migratória, os antecedentes do extraditando e as circunstâncias do caso.

Art. 87. O extraditando poderá entregar-se voluntariamente ao Estado requerente, desde que o declare expressamente, esteja assistido por advogado e seja advertido de que tem direito ao processo judicial de extradição e à proteção que tal direito encerra, caso em que o pedido será decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 88. Todo pedido que possa originar processo de extradição em face de Estado estrangeiro deverá ser encaminhado ao órgão competente do Poder Executivo diretamente pelo órgão do Poder Judiciário responsável pela decisão ou pelo processo penal que a fundamenta.

§ 1º Compete a órgão do Poder Executivo o papel de orientação, de informação e de avaliação dos elementos formais de admissibilidade dos processos preparatórios para encaminhamento ao Estado requerido.

§ 2º Compete aos órgãos do sistema de Justiça vinculados ao processo penal gerador de pedido de extradição a apresentação de todos os documentos, manifestações e demais elementos necessários para o processamento do pedido, inclusive suas traduções oficiais.

§ 3º O pedido deverá ser instruído com cópia autêntica ou com o original da sentença condenatória ou da decisão penal proferida, conterá indicações precisas sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias do fato criminoso e a identidade do extraditando e será acompanhado de cópia dos textos legais sobre o crime, a competência, a pena e a prescrição.

§ 4º O encaminhamento do pedido de extradição ao órgão competente do Poder Executivo confere autenticidade aos documentos.

Art. 89. O pedido de extradição originado de Estado estrangeiro será recebido pelo órgão competente do Poder Executivo e, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, encaminhado à autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Não preenchidos os pressupostos referidos no caput, o pedido será arquivado mediante decisão fundamentada, sem prejuízo da possibilidade de renovação do pedido, devidamente instruído, uma vez superado o óbice apontado.

Art. 90. Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão.

Art. 91. Ao receber o pedido, o relator designará dia e hora para o interrogatório do extraditando e, conforme o caso, nomear-lhe-á curador ou advogado, se não o tiver.

§ 1º A defesa, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias contado da data do interrogatório, versará sobre a identidade da pessoa reclamada, defeito de forma de documento apresentado ou ilegalidade da extradição.

§ 2º Não estando o processo devidamente instruído, o Tribunal, a requerimento do órgão do Ministério Público Federal correspondente, poderá converter o julgamento em diligência para suprir a falta.

§ 3º Para suprir a falta referida no § 2º, o Ministério Público Federal terá prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, após o qual o pedido será julgado independentemente da diligência.

§ 4º O prazo referido no § 3º será contado da data de notificação à missão diplomática do Estado requerente.

Art. 92. Julgada procedente a extradição e autorizada a entrega pelo órgão competente do Poder Executivo, será o ato comunicado por via diplomática ao Estado requerente, que, no prazo de 60 (sessenta) dias da comunicação, deverá retirar o extraditando do território nacional.

Art. 93. Se o Estado requerente não retirar o extraditando do território nacional no prazo previsto no art. 92, será ele posto em liberdade, sem prejuízo de outras medidas aplicáveis.

Art. 94. Negada a extradição em fase judicial, não se admitirá novo pedido baseado no mesmo fato.

Art. 95. Quando o extraditando estiver sendo processado ou tiver sido condenado, no Brasil, por crime punível com pena privativa de liberdade, a extradição será executada somente depois da conclusão do processo ou do cumprimento da pena, ressalvadas as hipóteses de liberação antecipada pelo Poder Judiciário e de determinação da transferência da pessoa condenada.

§ 1º A entrega do extraditando será igualmente adiada se a efetivação da medida puser em risco sua vida em virtude de enfermidade grave comprovada por laudo médico oficial.

§ 2º Quando o extraditando estiver sendo processado ou tiver sido condenado, no Brasil, por infração de menor potencial ofensivo, a entrega poderá ser imediatamente efetivada.

Art. 96. Não será efetivada a entrega do extraditando sem que o Estado requerente assumo o compromisso de:

- I - não submeter o extraditando a prisão ou processo por fato anterior ao pedido de extradição;
- II - computar o tempo da prisão que, no Brasil, foi imposta por força da extradição;
- III - comutar a pena corporal, perpétua ou de morte em pena privativa de liberdade, respeitado o limite máximo de cumprimento de 30 (trinta) anos;
- IV - não entregar o extraditando, sem consentimento do Brasil, a outro Estado que o reclame;
- V - não considerar qualquer motivo político para agravar a pena; e
- VI - não submeter o extraditando a tortura ou a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Art. 97. A entrega do extraditando, de acordo com as leis brasileiras e respeitado o direito de terceiro, será feita com os objetos e instrumentos do crime encontrados em seu poder.

Parágrafo único. Os objetos e instrumentos referidos neste artigo poderão ser entregues independentemente da entrega do extraditando.

Art. 98. O extraditando que, depois de entregue ao Estado requerente, escapar à ação da Justiça e homiziar-se no Brasil, ou por ele transitar, será detido mediante pedido feito diretamente por via diplomática ou pela Interpol e novamente entregue, sem outras formalidades.

Art. 99. Salvo motivo de ordem pública, poderá ser permitido, pelo órgão competente do Poder Executivo, o trânsito no território nacional de pessoa extraditada por Estado estrangeiro, bem como o da respectiva guarda, mediante apresentação de documento comprobatório de concessão da medida.

Seção II **Da Transferência de Execução da Pena**

Art. 100. Nas hipóteses em que couber solicitação de extradição executória, a autoridade competente poderá solicitar ou autorizar a transferência de execução da pena, desde que observado o princípio do non bis in idem.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a transferência de execução da pena será possível quando preenchidos os seguintes requisitos:

I - o condenado em território estrangeiro for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil;

II - a sentença tiver transitado em julgado;

III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir for de, pelo menos, 1 (um) ano, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação;

IV - o fato que originou a condenação constituir infração penal perante a lei de ambas as partes; e

V - houver tratado ou promessa de reciprocidade.

Art. 101. O pedido de transferência de execução da pena de Estado estrangeiro será requerido por via diplomática ou por via de autoridades centrais.

§ 1º O pedido será recebido pelo órgão competente do Poder Executivo e, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça para decisão quanto à homologação.

§ 2º Não preenchidos os pressupostos referidos no § 1º, o pedido será arquivado mediante decisão fundamentada, sem prejuízo da possibilidade de renovação do pedido, devidamente instruído, uma vez superado o óbice apontado.

Art. 102. A forma do pedido de transferência de execução da pena e seu processamento serão definidos em regulamento.

Parágrafo único. Nos casos previstos nesta Seção, a execução penal será de competência da Justiça Federal.

Seção III **Da Transferência de Pessoa Condenada**

Art. 103. A transferência de pessoa condenada poderá ser concedida quando o pedido se fundamentar em tratado ou houver promessa de reciprocidade.

§ 1º O condenado no território nacional poderá ser transferido para seu país de nacionalidade ou país em que tiver residência habitual ou vínculo pessoal, desde que expresse interesse nesse sentido, a fim de cumprir pena a ele imposta pelo Estado brasileiro por sentença transitada em julgado.

§ 2º A transferência de pessoa condenada no Brasil pode ser concedida juntamente com a aplicação de medida de impedimento de reingresso em território nacional, na forma de regulamento.

Art. 104. A transferência de pessoa condenada será possível quando preenchidos os seguintes requisitos:

I - o condenado no território de uma das partes for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no território da outra parte que justifique a transferência;

II - a sentença tiver transitado em julgado;

III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir for de, pelo menos, 1 (um) ano, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação;

IV - o fato que originou a condenação constituir infração penal perante a lei de ambos os Estados;

V - houver manifestação de vontade do condenado ou, quando for o caso, de seu representante; e

VI - houver concordância de ambos os Estados.

Art. 105. A forma do pedido de transferência de pessoa condenada e seu processamento serão definidos em regulamento.

§ 1º Nos casos previstos nesta Seção, a execução penal será de competência da Justiça Federal.

§ 2º Não se procederá à transferência quando inadmitida a extradição.

§ 3º (VETADO).

CAPÍTULO IX DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 106. Regulamento disporá sobre o procedimento de apuração das infrações administrativas e seu processamento e sobre a fixação e a atualização das multas, em observância ao disposto nesta Lei.

Art. 107. As infrações administrativas previstas neste Capítulo serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º O cometimento simultâneo de duas ou mais infrações importará cumulação das sanções cabíveis, respeitados os limites estabelecidos nos incisos V e VI do art. 108.

§ 2º A multa atribuída por dia de atraso ou por excesso de permanência poderá ser convertida em redução equivalente do período de autorização de estada para o visto de visita, em caso de nova entrada no País.

Art. 108. O valor das multas tratadas neste Capítulo considerará:

I - as hipóteses individualizadas nesta Lei;

II - a condição econômica do infrator, a reincidência e a gravidade da infração;

III - a atualização periódica conforme estabelecido em regulamento;

IV - o valor mínimo individualizável de R\$ 100,00 (cem reais);

V - o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para infrações cometidas por pessoa física;

VI - o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para infrações cometidas por pessoa jurídica, por ato infracional.

Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:

I - entrar em território nacional sem estar autorizado:

Sanção: deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado;

II - permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória:

Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado;

III - deixar de se registrar, dentro do prazo de 90 (noventa) dias do ingresso no País, quando for obrigatória a identificação civil:

Sanção: multa;

IV - deixar o imigrante de se registrar, para efeito de autorização de residência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, quando orientado a fazê-lo pelo órgão competente:

Sanção: multa por dia de atraso;

V - transportar para o Brasil pessoa que esteja sem documentação migratória regular:

Sanção: multa por pessoa transportada;

VI - deixar a empresa transportadora de atender a compromisso de manutenção da estada ou de promoção da saída do território nacional de quem tenha sido autorizado a ingresso condicional no Brasil por não possuir a devida documentação migratória:

Sanção: multa;

VII - furtar-se ao controle migratório, na entrada ou saída do território nacional:

Sanção: multa.

Art. 110. As penalidades aplicadas serão objeto de pedido de reconsideração e de recurso, nos termos de regulamento.

Parágrafo único. Serão respeitados o contraditório, a ampla defesa e a garantia de recurso, assim como a situação de hipossuficiência do migrante ou do visitante.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 111. Esta Lei não prejudica direitos e obrigações estabelecidos por tratados vigentes no Brasil e que sejam mais benéficos ao migrante e ao visitante, em particular os tratados firmados no âmbito do Mercosul.

Art. 112. As autoridades brasileiras serão tolerantes quanto ao uso do idioma do residente fronteiriço e do imigrante quando eles se dirigirem a órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os direitos decorrentes desta Lei.

Art. 113. As taxas e emolumentos consulares são fixados em conformidade com a tabela anexa a esta Lei.

§ 1º Os valores das taxas e emolumentos consulares poderão ser ajustados pelo órgão competente da administração pública federal, de forma a preservar o interesse nacional ou a assegurar a reciprocidade de tratamento.

§ 2º Não serão cobrados emolumentos consulares pela concessão de:

I - vistos diplomáticos, oficiais e de cortesia; e

II - vistos em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço, ou equivalentes, mediante reciprocidade de tratamento a titulares de documento de viagem similar brasileiro.

§ 3º Não serão cobrados taxas e emolumentos consulares pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.

§ 4º (VETADO).

Art. 114. Regulamento poderá estabelecer competência para órgãos do Poder Executivo disciplinarem aspectos específicos desta Lei.

Art. 115. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 232-A:

“Promoção de migração ilegal

Art. 232-A. Promover, por qualquer meio, com o fim de obter vantagem econômica, a entrada ilegal de estrangeiro em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem promover, por qualquer meio, com o fim de obter vantagem econômica, a saída de estrangeiro do território nacional para ingressar ilegalmente em país estrangeiro.

§ 2º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) se:

I - o crime é cometido com violência; ou

II - a vítima é submetida a condição desumana ou degradante.

§ 3º A pena prevista para o crime será aplicada sem prejuízo das correspondentes às infrações conexas.”

Art. 116. (VETADO).

Art. 117. O documento conhecido por Registro Nacional de Estrangeiro passa a ser denominado Registro Nacional Migratório.

Art. 118. (VETADO).

Art. 119. O visto emitido até a data de entrada em vigor desta Lei poderá ser utilizado até a data prevista de expiração de sua validade, podendo ser transformado ou ter seu prazo de estada prorrogado, nos termos de regulamento.

Art. 120. A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento.

§ 1º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá definir os objetivos, a organização e a estratégia de coordenação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

§ 2º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá estabelecer planos nacionais e outros instrumentos para a efetivação dos objetivos desta Lei e a coordenação entre órgãos e colegiados setoriais.

§ 3º Com vistas à formulação de políticas públicas, deverá ser produzida informação quantitativa e qualitativa, de forma sistemática, sobre os migrantes, com a criação de banco de dados.

Art. 121. Na aplicação desta Lei, devem ser observadas as disposições da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, nas situações que envolvam refugiados e solicitantes de refúgio.

Art. 122. A aplicação desta Lei não impede o tratamento mais favorável assegurado por tratado em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Art. 123. Ninguém será privado de sua liberdade por razões migratórias, exceto nos casos previstos nesta Lei.

Art. 124. Revogam-se:

I - a Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949; e

II - a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro).

Art. 125. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Brasília, 24 de maio de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Henrique Meirelles
Eliseu Padilha

*Sergio Westphalen Etchegoyen*26/05/2017
Grace Maria Fernandes Mendonça

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.5.2017